

ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Antes, porém, esta Presidência lembra que, segundo requerimento à mesa, às 10h, no horário dos Partidos Políticos, a sessão será suspensa para a apresentação do periódico *Agenda Legislativa da Indústria 2014*, pela Fiesc - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

Portanto, temos até as 10h para uso da tribuna em Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O que me faz assomar à tribuna hoje é o fato de ontem, deputado Manoel Mota, nesta Casa, não termos obtido o número necessário nem para investigar o Ministério Público, quero deixar claro, a exemplo do que alguns falam. Mas para investigar um procedimento de dispensa de licitação da forma mais espúria que eu possa qualificar, porque não segue os ritos formais, há muito que se explicar sobre os R\$ 123 milhões para a execução desse negócio.

Também falo isso com muita tranquilidade para dizer aos colegas desta Casa que em nenhum momento tomei procedimento para atacar o Ministério Público e sim para questionar determinadas condutas e posturas.

Portanto, no que se refere à questão do Ministério Público, deputados Romildo Titon e Gelson Merisio, vou-me pronunciar efetivamente na semana que vem, porque ainda não passei na bancada do PSDB, na bancada do PP, na bancada do PSD, mesmo tendo tomado posição de não assinatura eu vou conversar com o líder, porque a matéria do Moacir Pereira coloca que a bancada do PSD já decidiu que não assinará e que não participará da CPI. Nessa nota também está o PP, mas não foi o que me disse o líder. O PSDB ainda poderá seguir o mesmo caminho e a deputada Angela Albino decidiu não subscrever o requerimento por entender que seria uma CPI contra o Ministério Público e com esse objetivo ela não concorda.

Então, entendo que a deputada Angela Albino não compreendeu bem, deputado Sargento Amauri Soares, porque ela nunca me viu aqui dizer que era uma CPI contra o Ministério Público, e o nosso líder da bancada, deputado Neodi Saretta, que está aqui, numa conversa que tivemos na bancada também foi muito clara. Ao mesmo tempo Roberto Azevedo, na sua coluna, coloca que isso não poderá ser uma CPI para retaliações ao Ministério Público. Primeiramente, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito não é no sentido de retaliar, porque mais retaliação do que há em relação aos políticos e a este Parlamento, a exemplo do que houve com o deputado Romildo Titon, foi inimaginável até mesmo

porque como bem disse Roberto Azevedo em sua coluna, o deputado Romildo Titon não chegou nem a receber a acusação. E essa foi a postura, o procedimento adotado.

Então, com muita maturidade, deputado Antônio Aguiar, sabemos que vamos tocar esse evento adiante, porque ninguém acreditava que cumpriríamos o papel constitucional que temos de cumprir, deputado Kennedy Nunes, a exemplo do debate que v.exa. fez ontem sobre as tarifas dos cartórios. E o parabenizo pela postura clara como aqui procedeu.

Então, estou colocando isso porque o contexto exige esclarecimentos. É sempre importante ressaltar que não é uma CPI para investigar um prédio, esse prédio não existe, ele apenas existe na cabeça de alguns.

Ele irá existir, não sei se nos 22 mil metros, porque a própria Prefeitura já embargou e temos uma série de documentos mostrando claramente os caminhos distorcidos que encontraram ali dentro para chegar à autorização desta metragem. Procedimentos, de certa maneira, extremamente escusos, procedidos pelo secretário que assinou todas as liberações.

Então, com muita maturidade, a exemplo do que fizemos aqui no questionamento das insalubridades nesta Casa. E pergunto: aquilo foi retaliação contra a Casa? Não. Foi passar a limpo a história. Assim como a questão das aposentadorias por invalidez e os supersalários.

Então, neste momento, deputado Kennedy Nunes, peço que v.exa. me conceda pelo menos mais um minuto para a minha conclusão, se possível.

Neste determinado momento, dia 31 de março, estamos vendo um grupo querendo fazer um novo movimento da TFP, pelo retorno da ditadura. Vê se pode, em plena democracia! A minha homenagem à democracia deste país, por isso solicito à assessoria que proceda à exibição de um vídeo importante para a nossa história.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda em Breves Comunicações, peço ao deputado Jailson Lima que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Com a aquiescência do deputado Kennedy Nunes, apenas gostaria de parabenizar a secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina que hoje, às 14 horas, inaugura a primeira delegacia especializada na prevenção e no combate às drogas no estado de Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Eu não poderia deixar de fazer uso da palavra nesta manhã, tendo em vista a sessão que tivemos ontem aqui quando votamos o veto ao projeto de lei que foi aprovado em dezembro do ano passado por todos nós, com emenda do deputado Aldo Schneider, mas retornou com veto de alguns artigos do projeto que dispõe sobre o valor dos emolumentos dos cartórios em Santa Catarina.

Tendo em vista tudo o que li e ouvi com relação ao deputado Romildo Titon que saiu na imprensa, não poderia deixar de fazer pelo menos o contraponto daquilo que foi colocado.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos que falaram sobre a minha apresentação embasada em uma série de estudos que fiz, uma série didática - e gosto de ser didático em algumas questões, apesar de ser jornalista, porque às vezes dessa forma conseguimos esclarecer as coisas, e esforcei-me para fazer isso ontem -, para mostrar os pontos que entendo que justificariam o meu voto pelo

projeto, assim como todos fizeram em dezembro. E ontem mantive o meu voto ou o voto contra o veto por entender que alguns pontos são colocados de forma deturpada, e como sou jornalista, digo de forma tranquila, que às vezes há uma tendência para lá ou para cá em relação às matérias colocadas.

É incrível ver, e quem assistiu a minha fala ontem na hora da votação do veto pôde compreender como é o projeto, que algumas pessoas de ontem para hoje disseram-me que acharam bom um deputado ter visto que a coisa não era bem assim. Mas não queria falar aqui dos pontos em que esta Casa deixou de favorecer as pessoas com a manutenção desse veto, como por exemplo: em primeiro lugar, o veto que foi mantido ontem aqui acabou com a possibilidade da pessoa que tem um inventário de até R\$ 50.000,00 pagar a metade da custa do processo no cartório; em segundo lugar, ontem com a manutenção do veto, terminou a possibilidade de resolver a injustiça que acontece neste estado porque quem tem um imóvel paga o mesmo valor de um incorporador com um prédio de 15 ou 30 apartamentos. Isso é injusto. Como um incorporador que faz o investimento de R\$ 15 milhões, de R\$ 20 milhões, vai pagar o mesmo valor de um cidadão comum que constrói a sua casa. E a emenda que nós tínhamos aprovado em dezembro fazia com que o incorporador pagasse por unidade habitacional.

E o Secovi, com relação à matéria que rodou na TVAL e na imprensa, na pessoa do seu presidente, de Florianópolis, teve a petulância de dizer na sua entrevista o seguinte: "O comprador não pode ser pego com pegadinhas no cartório". Então, fui obrigado a assomar esta tribuna e dizer que, em primeiro, o que tinha sido aprovado aqui é que o incorporador, aquele que vai construir um prédio, hoje paga R\$ 7,95 por apartamento. Nós tínhamos mudado este valor para R\$ 70,00. É claro que quem paga R\$ 7,95 e passaria a pagar R\$ 70,00, é quase 1.000% de aumento... Mas olhem como é vendido: "Deputados aprovam quase mil por cento de aumento em escrituras." O que dá pra entender, deputado Neodi Saretta? Que nós ferramos todo mundo. O que

é mentira! Porque a emenda fazia com que o incorporador pagasse R\$ 70,00 por apartamento que ele vai vender por R\$ 500 mil, R\$ 600 mil, R\$ 1 milhão, R\$ 4 milhões ou R\$ 5 milhões. E mais ainda. Quem paga essa taxa não é o cliente, o comprador, mas o incorporador. Imagina, deputado Sargento Amauri Soares, teve gente, corretor de imóveis, enquanto essa matéria estava em discussão, de dezembro para cá, que estava tentando vender apartamento e dizia: "compra logo, porque os deputados vão ferrar tudo colocando 1.000% em cima da escritura." Gente, estamos falando de R\$ 7,95! E os camaradas estavam querendo fazer com todo esse imbróglio que a imprensa fez contra o Parlamento, vender apartamentos no valor de R\$ 3 milhões, R\$ 4 milhões, por causa de R\$ 70,00? E a pessoa quando lê a matéria começa a pensar: Meus Deus!

Em segundo lugar, com todo respeito ao presidente da OAB, o dr. Tullo Cavallazzi, na matéria da Acaert, no rádio, pela manhã, disse: "Somos contra qualquer tipo de aumento dos preços de cartório. Nós, advogados, não queremos aumento de cartório." Mas o doutor Tullo Cavallazzi esquece que a própria OAB coloca que o preço que o advogado deve cobrar numa separação extrajudicial é R\$ 2.507,00, deputado Neodi Saretta. Se o advogado cobrar menos do que isso ele pode ser processado por falta de ética. Engraçado que o advogado pode cobrar R\$ 2.507,00 apenas para fazer o documento, e o cartório tem que cobrar no máximo, R\$ 21,50 para fazer tudo isso. Aí o presidente da OAB vem para cá querendo colocar a culpa nos deputados, dizendo que estamos querendo ferrar a comunidade? Por que, dr. Tullo Cavallazzi, vocês não baixam o valor dos honorários advocatícios? Se está custando caro para as pessoas se separarem extrajudicialmente, não é por causa do preço de um cartório, e sim porque são R\$ 2.507,00 que vocês cobram ou não é? Vamos debater, então? Vamos debater o preço de transferência de documento? Vem Detran, vamos debater? Os cartórios ficam com R\$ 2,40, vocês, Detran, com R\$ 107,50. Vamos debater? Vamos

debater a questão do preço? Vamos exemplificar. Num imóvel no valor de R\$ 500 mil a Prefeitura de Florianópolis fica com R\$ 40 mil, o cartório com R\$ 1.040,00. Vamos debater? Vamos debater incorporadores? Vocês que estão construindo prédios aqui em Santa Catarina e pagam o mesmo valor que um cidadão comum que vai construir uma casa. Isso é justo? O senhor que está me assistindo, que está fazendo uma casa, é justo pagar o mesmo teto de um prédio de luxo de Balneário Camboriú, onde um apartamento custa R\$ 5 mil, R\$ 6 mil. Isso é Justiça? Aí colocam para a sociedade que estamos ferrando o povo. Não!

Não aceito esse tipo de alegação. Ontem, infelizmente, fiquei sozinho, mas tudo bem, de cabeça erguida, porque sei e estudei o que votei aqui. E ainda bem que pelo que ouvi, parece que esse assunto vai voltar à tona para debatermos melhor esse assunto.

Mas volto a dizer que, infelizmente, a manutenção do veto, ontem, apenas prejudicou quem tem menos e favoreceu quem tem mais. E provo isso. E, por isso, não poderia ficar de forma nenhuma calado diante desse fato e agradecer a todos que compreenderam a nossa posição aqui e dizer que continuo muito responsável e atento àquilo que voto e àquilo que posso discutir com a sociedade.

Por isso, mais uma vez, muito obrigado a todos que entenderam sobre esse assunto, que espero, volte à tona neste Parlamento. Tomara que voltemos a discutir isso para fazer Justiça social neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O próximo orador inscrito é o deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, estimados catarinenses. Quero destacar um programa que julgo ser importante mantido pelo governo federal, que é o *Ciência Sem Fronteiras*.

(Passa a ler.)

“Esse programa criado em julho de 2011 busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, e do Ministério da Educação - MEC, por meio de suas respectivas instituições de fomento - CNPq e Capes, Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

Os estudantes e pesquisadores do *Ciência sem Fronteiras* tem o seu treinamento nas melhores instituições e grupos de pesquisa disponíveis, prioritariamente entre os mais bem conceituados para cada grande área do conhecimento de acordo com os principais *rankings* internacionais.

Os parceiros no exterior são organizações tradicionais no campo de colocação e suporte de estudantes ou mesmo consórcios das principais universidades locais, que são responsáveis por definir, juntamente com a Capes e o CNPq, os melhores cursos e instituições nos seus respectivos países. As instituições são avaliadas a cada chamada e o destino dos bolsistas é adequando à medida que recebemos o retorno do relatório dos bolsistas.

Podemos sentir que o programa está dando certo, através de depoimentos de estudantes da Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc.

As histórias de diferentes alunos em diferentes países têm como traço comum a satisfação com o enriquecimento acadêmico, profissional e cultural que o intercâmbio proporciona.

Hoje são concedidas 22.646 bolsas pela Capes e pelo CNPq, no programa *Ciência Sem Fronteiras*.

Essas bolsas são distribuídas entre as modalidades de doutorado pleno, doutorado sanduíche, pós-doutorado, graduação sanduíche e a atração de pesquisadores.

Essas bolsas estão presentes em 39 países ao redor do globo.

Por exemplo, desses depoimentos que me refiro a Maria, com 21 anos, natural de Criciúma, agora respira os ares de Londres, na Inglaterra.

Durante todo o ano de 2014 é estudante da 5ª fase de medicina da Unesc, vai aumentar seu leque de conhecimento e experiência na capital inglesa, deputada Ana Paula Lima.

Já a estudante de Engenharia Civil, o estudante Guilherme Meneguel, desde de agosto passado está tendo uma experiência estimulante, proveitosa na universidade de Roma, na Itália.

O aprendizado não está simplesmente nas páginas dos livros da universidade, mas em cada momento, em cada situação propiciada pela vivência no exterior. Digo, mais, a experiência é vantajosa para o aluno, para a universidade, para a empresa, e obviamente, para o país também.

Então, é com muita alegria que destaco a grande contribuição de mais um programa bem pensado pelo governo federal para a formação profissional dos nossos jovens bem como para o desenvolvimento tecnológico do nosso país que se encontra em plena ascensão."

Esta é, sr. presidente, srs., deputados, sras. deputadas, a manifestação que queria fazer a respeito desse programa importante para os estudantes brasileiros chamado programa *Ciência Sem Fronteiras*.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela

Parabenizo o vídeo que foi trazido a este plenário pelo deputado Jailson Lima, que nos deixou comovidos. E o Chico é sempre atual em sua poesia e na sua forma de ver o mundo e as coisas.

Quero me somar, como fiz no dia de ontem, ao sentimento de aviltamento quando alguns setores, 50 anos depois, pretendem realizar o mesmo gesto de caráter Facista, contra a soberania popular e contra a liberdade!

Alguém em pleno 2014 pedir uma intervenção militar democrática contra a democracia? E falo como militar! Se isso não fosse de uma vilania sem tamanho, seria de uma burrice atroz, sem expressão essa vontade.

Quero dizer que fico comovido com o vídeo que o deputado Jailson Lima apresentou porque sou policial militar, trabalhei na ativa durante 21 anos e fui algumas vezes, ou várias vezes, convocado para reprimir movimentos populares, movimento grevista e estudantil, greves de mineiros, dos sem-terra.

E sempre dói na alma do policial, que tem alguma consciência da sociedade da qual ele vem, e é doloroso para um militar com meia dúzia de noção de democracia, ser escalado para praticar a violência ou fazer uso da força, contra o movimento social, uma luta popular legítima.

E essa elite reacionária, tendente ao fascismo, que coloca perfume da melhor qualidade, pegar uma panela e ir para a rua, panela que nem não sabem usar - porque pagam para outras pessoas cozinhar a sua comida -, essa elite perfumada, mas malcheirosa, ir para a praça pública pedir a intervenção militar em nome da democracia. Estão querendo nos passar atestado de idiotas, ao conjunto da sociedade.

A nós, militares, querem nos fazer parecer ou ser algozes do nosso próprio povo. Vão trabalhar,

senhoras e senhores! Vão aprender a usar essa panela, porque vocês pagam para a classe trabalhadora cozinhar o que vocês comem.

Estamos à disposição para o diálogo, mas essa postura de pedir intervenção militar no Brasil de hoje, é uma postura provocativa que afeta o miolo mais profundo da Constituição vigente neste país. Aliás, em 1964 fizeram a mesma coisa. Nós, militares, não queremos participar do seu jogo de ódio contra a democracia, contra a soberania popular e contra a liberdade do nosso povo! Se alguns militares querem, que o façam. Por mim e por milhares de outros eu falo: Nós não queremos porque somos filhos desse mesmo povo, somos filhos de sem-terra, somos filhos de comerciários, somos filhos de operários.

Enfim, mudando de pauta, gostaria de falar sobre o que lemos no jornal *ANotícia*, no dia de hoje, que o Tribunal de Justiça, a pedido do Ministério Público, fez muito bem ao legislar em discordância com o Poder Legislativo, porque um Poder sabe que está cometendo inconstitucionalidade e insiste nela, tem que levar um revés. E foi o que aconteceu no projeto dos bombeiros, que originou a Lei n. 16.157, cuja emenda dizia, no passado, felizmente, que nas cidades onde há Bombeiro Voluntário, o poder de polícia é exclusivo dos voluntários. Isso é inconstitucional! E nós já falamos isso nesta tribuna. Inclusive eu fui vaiado nesta Assembleia Legislativa, no ano passado, por ter afirmado isso.

Então, quero repetir, até para que não se continue dizendo que alguns de nós desta Casa temos alguma coisa contra o Ministério Público. Quero, inclusive, parabenizar ao Ministério Público pela iniciativa, e o Tribunal de Justiça por ter visto o óbvio.

Seria como dizer, deputado Maurício Eskudlark, que a Polícia Civil não poderia trabalhar em algumas cidades do estado, por que já há uma polícia voluntária ou municipal. Seria como a Polícia Civil dizer que a Polícia Federal não poderia entrar no território catarinense ou dizer

que a Polícia Militar dizer que o exército não pode inspecionar a sua instituição. E sabemos que tudo isso está na legislação e aceitamos, porque entendemos que em alguns aspectos é a forma de garantir a unidade nacional.

Dizer que algum município ou instituição pública do estado, que tem a obrigação legal e constitucional de fazer, não pode ir? E não estou dizendo que vá, não estou dizendo que irá, deputado Kennedy Nunes, e provavelmente não irá, porque o Bombeiro Militar é comandado pelo governador, que não quer se indispor com os prefeitos e com os Bombeiros Militares também. O governador não vai autorizar essa guerra, na minha avaliação nenhum governador o fará, mas colocar na lei que não pode? Foi uma atitude gritantemente inconstitucional. E aí, claro, o Poder Judiciário legisla na nossa intromissão, não é nem na nossa ausência, nós legislamos errado sabendo que estava errado e aí o Tribunal de Justiça teve que legislar para corrigir o trabalho da Assembleia Legislativa. E vamos levando atestado ou construindo cada vez mais um atestado da nossa - vamos dizer assim para ser diplomático - insuficiência.

Quero falar também, assim como falei ontem, e vou insistir, na iniciativa da comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os gastos com a Ponte Hercílio Luz. Não é porque quero que a Ponte suma ou que custe muito caro para a sociedade. O problema é que a Ponte Hercílio Luz se transformou na galinha dos ovos de ouro de interesses sei lá quais! E a sociedade precisa preservá-la.

Defendo que a Ponte Hercílio Luz permaneça ali para todo o sempre enquanto houver sociedade florianopolitana, catarinense, brasileira. E é responsabilidade de cada governo mantê-la. Mas fazer dela a galinha dos ovos de ouro para empurrar dinheiro que a gente nunca para sabe para o que está sendo exatamente usando, já que a ponte está há um quarto de século fechada, ou mais?

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Antes, porém, quero desejar saúde à vereadora Geovania de Sá, que está recuperando-se de um problema de saúde e nos acompanhando pela TVAL.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero cumprimentar também o sr. Hélio Lacerda, o sr. Adenilson e a comitiva de Nova Trento que estão nesta Casa trazendo várias reivindicações em prol da comunidade do Alto Pitanga.

Quero também saudar inúmeras pessoas que agora no mês de março e abril estão fazendo suas declarações de Imposto de Renda, muitos deles, especialmente, aposentados por alguma doença que causa a invalidez e, por isso, são dispensados de pagar o Imposto de Renda. Algumas doenças como: Aids; Alienação Mental; Cardiopatia Grave; Cegueira; Contaminação por Radiação; Estados Avançados de Paget, que é uma osteíte deformante das articulações; Parkson; Esclerose Múltipla; Espondiloartrose Anquilosante; Fibrose Cística, que é a mucoviscidose; Hanseníase; Hepatopatia Grave; Nefropatia Grave; Neoplasia Maligna; Tuberculose em Atividade; Paralisia Irreversível e Incapacitante.

A Esclerose Múltipla foi uma das doenças que, na época em que eu era deputado federal, foram incluídas nas doenças que passariam a ser isentas de pagamento do Imposto de Renda sobre a aposentadoria. Porém, quando há outros rendimentos como o salário aluguel, mesmo tendo essas doenças, devem ser incluídos na declaração.

Mas eu queria justamente destacar, lembrar, sr. presidente, a todos os contribuintes, no momento em que fizerem a declaração do imposto, que eles podem destinar ao fundo - isso não é dar, não se está dando do seu dinheiro, está-se apenas destinando, porque terá que pagar o imposto -, que as pessoas portadoras dessas doenças, que não precisam pagar o Imposto de Renda, estarão fora

desse meu pedido também. Mas quero lembrar àqueles que vão pagar o Imposto de Renda que podem fazer a destinação ao Fundo para a Infância e Adolescência, que é um setor que, infelizmente, tanto no governo federal quanto no governo estadual e municipal, praticamente não há uma política intensa, uma política voltada à criança e ao adolescente para colaborar com a formação, com a educação que os pais dão em casa aos filhos e que hoje não acontece por causa das necessidades da família. O casal trabalha fora e as crianças acabam ficando praticamente sozinhas, brincando na rua, sendo muitas vezes levadas ao mau caminho.

Por isso que precisamos criar uma política de amparo à infância e à adolescência. Quando a nossa comissão fez um levantamento de como estão sendo aplicadas as medidas socioeducativas, identificamos que para mais de 2.500 crianças e adolescentes, de um **total de dois milhões**, estão sendo cumpridas essas medidas. Alguém pode pensar que é um percentual muito pequeno, mas seria a mesma coisa admitirmos que há alguns anos atrás, há 20 ou 30 anos, Santa Catarina tinha 180, 200 casos por ano de poliomelite, de paralisia infantil, e os órgãos de saúde daquela época achavam que esse número de casos era pequeno, pois nasciam muitas crianças no estado. Então, na época achavam que era um número pequeno. O secretário de estado da Saúde dizia até pela televisão que era um número insignificante, era um número muito pequeno e que a saúde ia bem.

Mesmo com aquelas declarações, o mundo inteiro fez um grande mutirão para erradicar a paralisia infantil, a Poliomelite. Em Santa Catarina praticamente não existe mais nenhum caso de Poliomelite, nenhum caso dessa paralisia infantil causada pela Poliomelite, porque houve um mutirão. A sociedade, a começar pelas autoridades da saúde, as autoridades governamentais do Brasil inteiro, do restante do mundo também, se empenhou neste mutirão para corrigir uma sociedade que estava doente.

E, do ponto de vista social, Santa Catarina e o Brasil têm uma doença grave, que é justamente o

abandono. Mais de 2.500 crianças em Santa Catarina estão cumprindo medidas socioeducativas. Significa que nós estamos errando, que a sociedade está errando, que a família está desassistida.

Os órgãos do governo, em nome da sociedade, precisam encabeçar esse grande mutirão para mudarmos esses números e chegarmos a zero, se possível, como chegamos a zero com a Poliomelite, graças a um grande trabalho que se fez com toda sociedade, motivando as crianças a serem vacinadas.

Nós vamos ter que fazer um grande trabalho agora, uma vacinação, digamos assim, de costume, de ação, visando uma política pública voltada à criança para promover e investir nas crianças. Todas as crianças nascem boas e serão boas, depende da educação que os mais velhos passarem para elas.

O grande detalhe desses investimentos é que se nós olharmos o perfil, a origem dessas 2.500 crianças que estão em medida socioeducativa, na verdade existe uma semelhança, uma relação direta com a pobreza e com a família que se desfez. A grande maioria delas não conhece o pai, tem uma admiração pela mãe, mas não tem outros amigos, não tem outra interação social importante.

Por isso, para fazer esse investimento precisamos de duas coisas pelo menos: que a sociedade, a parte que paga Imposto de Renda, justamente a parte que ganha mais e que deve ter mais responsabilidade social, deve colaborar contribuindo com o FIA. Em segundo lugar, fazer uma provocação para as ONGs para que apresentem projetos no seu município e levem para o Conselho Municipal do Desenvolvimento da Criança e Adolescente. Seguramente o Conselho vai aprovar, vai analisar e adequar o projeto.

Estando aprovado, pode haver a captação dos recursos. Hoje existem os chamados projetos chancelados. Estando aprovados, pode haver a captação diretamente com empresários e com as pessoas físicas que pagam Imposto de Renda.

Então, se começarmos a executar, a fazer os projetos e a sociedade começar a ver os

resultados, ela vai acreditar. Vamos criar, então, um grande ciclo positivo, virtuoso, em que as pessoas que pagam vêem o resultado e, ao mesmo tempo, as ONGs, as entidades que virem que em outros lugares deu certo, acabarão fazendo também.

Então, será criado um grande movimento, se Deus quiser, um grande mutirão, para mudar esta realidade social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Srs. deputados, sobre a mesa requerimento assinado pelo presidente em exercício, deputado Joares Ponticelli e demais lideranças, que com base no art. 3º e parágrafo único do Ato da Mesa nº 227/2011 e no art. 92 do Regimento Interno desta Assembleia, vem requerer a suspensão da sessão ordinária de hoje, 20 de março, no horário das 10h, para a manifestação do presidente da Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina, Fiesc, dr. Glauco José Côrte, oportunidade em que apresentará o periódico Agenda Legislativa da Indústria 2014, elaborada pela Fiesc.

Logo após a participação da Fiesc, teremos a Ordem do Dia e a continuação dos oradores inscritos aí, sim, em Explicação Pessoal. Lembrando que estamos fazendo esta interrupção justamente no horário destinado aos Partidos Políticos. Portanto, fica cancelada a participação das representações dos Partidos Políticos na fala de hoje, uma vez que todas as lideranças abriram espaço para o presidente da Fiesc fazer uso da palavra.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campanha!) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0106/2014 e 107/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0176/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0177/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer e 0179, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Requerimento n. 0178/2014, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita ao Procurador-Geral do Ministério Público informações acerca do recebimento, ou não, por procuradores e promotores de Justiça, do abono no final de cada ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram aprovado.

Aprovado.

Moção n.0017/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e à deputada federal Dalva Figueiredo, manifestando apoio à tramitação e à aprovação do Projeto de Lei n. 5.297/2009.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e demais parlamentares presentes, quero saudar a deputada Luciane Carminatti que fez essa proposição, que trata de tornar com uma ação penal pública incondicionada os casos de violência contra a mulher. Hoje, com relação à Lei Maria da Penha, o STJ firmou convicção de que a mulher precisa pedir que se abra a denúncia contra o homem. Muitas vezes reconhecemos que nos ambientes onde se dá a violência contra as mulheres, em geral, o provedor e o agressor são as mesmas pessoas. E é preciso que o estado compreenda que defender as mulheres, evitar a violência contra as mulheres é uma tarefa de toda a sociedade e não da mulher agredida. A mudança de paradigma que é

proposto pela deputada federal Dalva Figueiredo merece nosso apoio para transformar, portanto, em ação penal pública incondicionada. Então, uma ação de estado no combate à violência contra as mulheres em caso de queixa dessas vítimas de violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0018/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao deputado federal Edinho Bez, manifestando contrariedade ao Projeto de Lei n. 5.965/2013, e solicita a retirada de tramitação.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, fui procurado aqui na condição de líder da bancada por alguns deputados querendo esclarecimento maior sobre essa moção e, inclusive, manifestando contrariedade a ela.

E em função da deputada Luciane Carminatti não estar presente na sessão de hoje e a mesma ser a autora, solicito a v.exa. que pudéssemos retirar essa moção da pauta. E quando a deputada estiver presente a mesma poderá então fazer o debate melhor dessa moção.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Neodi Saretta. Acolho a solicitação de v.exa. e determino a retirada de pauta da Moção n. 0018/2014, proposta pela

deputada Luciane Carminatti e que se incluía a referida moção na pauta da próxima terça-feira.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito em primeiro lugar o deputado Maurício Eskudlark, na sequência o deputado Dirceu Dresch, deputado José Milton Scheffer e deputado Reno Caramori.

Para falar o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos. E solicito ao nosso secretário, deputado Kennedy Nunes, que assuma esta Presidência para que possa atender as agendas que nos aguardam desde as 9h.

Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Angela Albino, público que nos acompanha.

Quero fazer um relato aqui, tivemos algumas palavras do deputado Manoel Mota a respeito daquele lamentável acidente ocorrido na Arrancada de Caminhões, em Araranguá. O referido deputado que acho que foi um dos criadores daquele evento, um grande incentivador e, claro, ele como ex-caminhoneiro com diz, encontrou uma forma dos profissionais da categoria se reunir e realizarem uma confraternização. E ali foi estudada essa forma de competição, que virou tradição e que tem alguns eventos similares em outros locais do país.

Estive no evento no final de semana, em Araranguá, acompanhando os vereadores Luiz Brás Paulino, o Lulu, e João Abílio Pereira em alguns eventos.

Assistimos em parte, porque nós estávamos atrás de onde tinha a largada. E quando os três caminhões largaram, nós só vimos fumaça, porque os caminhões saíram e quando chegou o final da pista vi que o caminhão da pista da direita não estava. E foi ali que aquele caminhão invadiu a pista ficou virado na terceira pista deputado Reno Caramori.

Ele era um piloto experiente. Era um piloto que tinha curso superior, pós-graduação, piloto de avião, oito vezes campeão.

Então, era alguém qualificado, alguém que estudou que tinha conhecimento, que não fez uma lambança.

Mas é um grande evento e tem que ser mantida a questão do encontro, do consagração. Mas se aquele caminhão ao invés de se perder para o centro da pista fosse para o lado de fora, poderíamos realmente ter tido um problema bem maior.

E vi lá a preocupação dos organizadores, do prefeito, o carinho a ambulância, mas, infelizmente, fatalidade existe. Claro que tem que ter cuidado e pensar que o risco muitas vezes é maior do que se apresenta.

Se o caminhão tivesse ido para outro lado ou se fosse da esquerda para o lado, onde tinha a maior concentração de pessoas, realmente poderia ter acontecido algo grave. Acidentes acontecem!

Nós temos uma atleta brasileira que se preparava para os jogos de inverno e agora está com a possibilidade de ficar tetraplégica.

O Ayrton Sena é um exemplo de que um acidente no esporte pode acontecer.

Então, não há que se condenar ninguém. Vai ser aberto um inquérito policial, mas houve uma fatalidade com alguém que sabia dirigir bem. E com todo o respeito aos demais que estavam lá, o motorista que morreu era o melhor piloto, o mais qualificado, que mais título havia ganhado.

Penso que os cuidados necessários foram tomados. Agora, é claro, deu para sentirmos que existe ainda um risco maior.

Penso que fazer uma competição de caminhões se não tiver uma arquibancada alta para as pessoas ficarem sem correr o risco de serem atingidas num caso de acidente é muito complicado. Até aqui na capital quero parabenizar o prefeito Cesar Souza porque não deu a licença para o arrancadão na passarela Nego Quirido, pois se o veículo sair dois metros para o lado da pista vai pegar aquelas arquibancadas de concreto. Qualquer piloto que estiver em uma competição e o veículo sair do normal vai fatalmente provocar ou sofrer um acidente grave.

Então, isso serve para repensarmos sobre a situação e não desestimularmos o município de Arroio do Silva a continuar promovendo aquele grande evento, cada vez com mais segurança para se evitar um problema maior.

Ontem tivemos aqui o presidente do Sindemosc - Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina - e conversamos com ele a respeito do simulador de trânsito.

Estão querendo instalar deputado Reno Caramori, nas autoescolas um simulador que sairá muito caro para os alunos, pois com certeza esse custo será repassado ao aluno na hora de tirar a carteira de habilitação.

E o simulador, já foi demonstrado, não reflete a realidade do motorista. O simulador para a aviação é perfeitamente aceitável, porque na aviação não se precisa tanto de reflexo, o piloto tem que ter conhecimento para ações, tem que ter memória para saber o que deve fazer, e ter o controle da cabine, é muito diferente de um simulador de pilotagem com um de direção de carro.

Inclusive, nos programas de televisão levaram um campeão de vídeo game e um piloto para testar o simulador, sendo que o campeão de vídeo game ganhou de dez a zero do piloto. Por quê? Porque é brincar na frente da TV com algo que não é a realidade.

Eu digo isto, deputado Kennedy Nunes, e v.exa. estava junto quando estivemos nos Estados Unidos e fomos visitar uma Escola de Polícia, em Orlando, onde havia um simulador. Eu dirigi e achei um absurdo, uma brincadeira. E olha que eu me considero um bom motorista!

E também já ouvi a história que dizem que isso é coisa do Lulinha, porque é bilionário o lucro que isso vai representar se vier para o Brasil. É bilionário! E não traz benefício nenhum, traz é custo para as autoescolas, que vão ter que pagar cobrando dos alunos, que serão prejudicados.

Mas conversando com o pessoal de Brasília descobrimos que há forças ocultas que querem essa realidade no Brasil. A presidente Dilma Rousseff já prorrogou o prazo de início da obrigatoriedade

do simulador nas autoescolas, que era para iniciar em janeiro de 2014 e foi prorrogado para o mês de julho.

Espero que a presidente Dilma Rousseff reavalie essa situação e veja que isso é um absurdo e que cancele a exigência por parte do Denatran, do ministério das Cidades, que estão coordenando esse projeto para que isso não venha a ocorrer. Vamos aumentar o preço da hora/aula, que hoje é de R\$ 32,00, para R\$ 58,00. Será mais caro e menos eficiente. É um absurdo!

Então, ontem, conversamos com o sindicato e esperamos uma mobilização em nível nacional, pois existe um projeto de lei na Câmara dos Deputados tramitando contra o uso do simulador. Será mais uma fonte de renda para alguns e um prejuízo para a sociedade, caso isso seja obrigatório no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha e que nos visita no dia de hoje.

Estamos recebendo nesta Casa no dia de hoje a visita de uma entidade importante em Santa Catarina, que é a Fiesc, e queremos ressaltar a importância do seu trabalho, muito embora, deputado Reno Caramori, entenda que este Parlamento tem que ser extremamente imparcial com todas as organizações catarinenses e fazer o seu trabalho com autonomia, com respeito e com valorização, sempre em sintonia com as organizações, que são divergentes no estado. Nós temos que ouvir os dois lados: os empresários e os trabalhadores.

Nós temos muitas divergências de ideias e elas são salutares na democracia. Então, defendemos posições democráticas dos parlamentares, conforme seus princípios e valores, inclusive levantados pelo deputado Jailson Lima.

Quero trazer dois temas hoje aqui na tribuna. Primeiro, falar sobre a nossa viagem à Brasília. E hoje pela manhã estivemos com o superintendente estadual do DNIT, João José da Silva, para tratar sobre os encaminhamentos das rodovias de Santa Catarina, especialmente sobre a polêmica passagem urbana para o município de Xanxerê. E o segundo assunto é sobre a ditadura militar, pois estou muito surpreso com os movimentos que estão surgindo sobre os 50 anos dessa tragédia que aconteceu no Brasil, que foi a ditadura militar, o golpe de 1964, pois tem gente por aí querendo, em nome da ordem e do direito, voltar a este movimento.

Srs. presidente e srs. deputados, estivemos ontem em Brasília no DNIT nacional, no Ministério do Planejamento, reunidos com a secretaria da ministra Miriam Belchior, com a Eva Maria, discutindo a polêmica que está havendo, tratada desta tribuna pelos vereadores de Xanxerê. É uma situação clara de que a empresa não cumpriu seu contrato. Alegaram que a empresa quebrou, mas há informação de que está trabalhando em outras obras. E, lamentavelmente, precisamos, de fato, mudar essa legislação que diz respeito aos contratos. Há informação que a empresa parou a obra e foi para outros locais, o que se lamenta muito, porque a população está nessa situação crítica, havendo inclusive mortes naquela rodovia.

Então, o DNIT anunciou que irá retomar a obra, vai investir em torno de R\$ 8 milhões, ao menos para resolver a situação mais crítica, terminar o elevado e fazer as passarelas. Há o compromisso inclusive do DNIT de encaminhar para a empresa fazer as duas passarelas e algumas recuperações nas perimetrais. Isso já desafoga, já resolve um gargalo muito grande com a estruturação e término do elevado, do viaduto, que trás muito mais segurança e rapidez para a passagem urbana de Xanxerê, que é a primeira etapa.

A segunda etapa, e isso precisa ficar muito claro, precisa incluir o restante dos recursos em torno de R\$ 30 milhões no PAC. Isso já está na mesa da presidente Dilma Rousseff e vamos

continuar o movimento para fazer com que os recursos sejam liberados logo após o término desta primeira etapa, que deve acontecer em torno de dois ou três meses.

Quero ressaltar desta tribuna o grande trabalho realizado pela Câmara de Vereadores de Xanxerê, através do seu presidente, nosso amigo João Paulo, do vereador Adriano e de outras lideranças da região. Tivemos também a grande contribuição do deputado Pedro Uczai na articulação, na mobilização junto à ministra Ideli Salvatti, às nossas lideranças nacionais, ao DNIT e ao Ministério do Planejamento, em Brasília.

Então, vamos reiniciar essa primeira etapa e depois trabalhar para que os recursos sejam incluídos para terminar essa importante obra para o município de Xanxerê e para o oeste catarinense, porque a BR-282 é a nossa grande espinha dorsal das rodovias de Santa Catarina, que vai da divisa da Argentina até a nossa bela ilha de Santa Catarina.

Dentro do tema das rodovias, ainda tratamos sobre o trecho de Campo Erê à rodovia 158, que é um trajeto novo, e da reestruturação, do contrato da BR-282 que ainda não está em pleno andamento.

Outro tema que queremos abordar é sobre a ditadura. Em 1964, dizia-se que a ditadura também veio em nome da ordem e da liberdade.

Nós assistimos e acompanhamos uma pesquisa do Datafolha, mas entendemos que não é democrático promover pesquisas para aferir o grau de apoio ao fim da democracia, à tortura, ao fechamento de partidos e sindicatos, à censura aos meios de comunicação, que é algo totalmente diferente de seu controle social, ao fechamento do Congresso às prisões indiscriminadas e à revogação dos direitos fundamentais dos cidadãos.

O que nos preocupa e nos revolta, deputado Kennedy Nunes, é o Datafolha fazer pesquisa para aferir a opinião da sociedade brasileira sobre esse tema. A quem interessa isso? O que está em jogo, de fato?

Estamos acompanhando em redes sociais pessoas convocando movimentos, dizendo que têm direito de

propriedade e órgãos da imprensa apoiando o Datafolha fazendo pesquisa sobre esse tema. O que há por trás disso?

São pessoas, são partidos, são entidades que estão preocupadas porque talvez não vão conseguir ganhar o governo federal este ano, porque não estão bem nas pesquisas. O que de fato está acontecendo? Elas estão plantando e repassando o caos neste país! O nosso país foi, no ano passado, considerado pelas pesquisas o terceiro país do mundo em crescimento, inclusive à frente dos países da Europa, Estados Unidos e outros. E essas pessoas estão querendo implantar o caos em nosso país porque haverá algumas mobilizações sobre a Copa do Mundo, este grande evento que o Brasil comemorou somente pela situação do país, pela sua condição. E o ex-presidente Lula fez um grande trabalho para conseguir que fosse realizada a Copa do Mundo em nosso país.

Então, setores da imprensa que não querem sequer discutir a regulamentação da imprensa brasileira, diz que isso é ameaçar o direito de liberdade de imprensa. Estão incentivando, de forma não tão aberta, mas estão contribuindo nessa perspectiva.

É uma juventude que não sabe, deputado Sargento Amauri Soares, que isso pode significar o direito de liberdade de ir para a rua; que pode significar o fim do direito ao voto que foi conquistado a duras penas neste país; que pode significar o fechamento do Congresso, o fechamento da imprensa; cercear o direito de liberdade dos jornalistas; intervir nas organizações sindicais; tirar o direito de liberdade das pessoas.

Srs. deputados, dizer que na época da ditadura não houve corrupção no Brasil, não é verdade! Quem nos garante que não houve corrupção?!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares (Intervindo) - Eu garanto que houve!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - V.Exa. garante que houve e nós também garantimos que houve corrupção!

Isso nos revolta porque com certeza essas pessoas não sentiram a mão dura das prisões, da tortura, de tirar o direito de liberdade.

Então, eu queria trazer este assunto à tribuna para pessoas que ainda acham que é uma coisa bonita falar em ditadura, na volta dos generais ao poder neste país. Não podemos admitir isso, pois conquistamos a liberdade depois de muito sacrifício, de muitas lutas, depois de muitas mortes neste nosso querido Brasil. Inclusive componentes desta Casa, que é a Casa da democracia, da representação da sociedade catarinense.

Por isso quero aqui repudiar essas atitudes que estão sendo tomadas depois de 50 anos que o Brasil virou essa página. E ainda hoje temos muito restos horríveis daquele momento ditatorial no país, mas que aos poucos viemos construindo um país democrático, livre para as pessoas poderem pensar e fazer o que quiserem com suas responsabilidades, claro que com suas responsabilidades, e é isso que nós queremos.

Então, apenas queria trazer, neste dia, nesta quinta-feira, esta questão ao nosso Parlamento Catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sr. deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de fazer um registro, nesta Casa, reforçando o convite que os srs. deputados já receberam, de que hoje, às 19h30, teremos a posse da diretoria da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

E para nossa alegria, um caçadoreense fará parte da diretoria, como vice-presidente regional, o Guilherme Sulsbach Grando, um dos proprietários

da Villaggio Grando, que todos conhecem o grande vinho fabricado na região de Caçador.

Teremos também a posse do presidente Octavio René Lebarbenchon Neto, Guido José Búrigo, Roberto Zardo e Topázio da Silveira Neto, que são pessoas conhecidas do meio empresarial. Teremos hoje a posse dessas pessoas.

Também gostaria de esclarecer que a inscrição é gratuita, o importante é prestigiar esse evento em Santa Catarina, a posse da diretoria da ADVB.

Teremos também, às 14h, na Câmara de Transporte da Fiesc, uma reunião de suma importância para tratarmos do problema da morosidade na entrega de obras rodoviárias de Santa Catarina, tanto estaduais como federais.

Por isso, reforço o convite.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Com a palavra, o deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Apenas para endossar o pronunciamento do deputado Reno Caramori, sempre vigilante, parabênizo o Juliano Varela Kahl, que vai para a Diretoria Mercadológica da ADVB, sabidamente um grande profissional. Fazendo este registro, parabênizo toda equipe, e o nosso abraço especial ao Juliano pela posse no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado!

Eu estava ouvindo o deputado Dirceu Dresch falar sobre a liberdade de expressão, que é uma coisa que conquistamos.

Então, pensei sobre o telespectador, o cidadão brasileiro, o que ele acha de tudo isso. O deputado veio aqui e criticou a realização dessa marcha que estão preparando, e isso é liberdade, assim como eles têm liberdade de fazer. E na Venezuela, estou acompanhando pelo *twitter*, estão na rua criticando um governo, e os mesmos, que são contra as manifestações que estão previstas aqui

no Brasil, dizem que lá é golpe. Então, é interessante, cada cabeça uma sentença.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o sr. deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, que preside essa sessão.

Srs. deputados, todos que nos ouvem na TVAL.

Gostaria também de referendar a posse na ADVB, deputado Reno Caramori, de um grande amigo, o empresário de Criciúma Guido Búrigo. Se possível, participaremos logo mais da posse da ADVB.

Quero, deputado Kennedy Nunes, cumprimentar o prefeito Ronaldo Pereira, que é um grande amigo do povo evangélico, lá do Balneário Gaivota. Também o secretário de Administração, nosso amigo e administrador Jeferson Raupp, que estão em Florianópolis tratando de assuntos de interesse do Balneário Gaivota.

Isso é muito importante, o Ronaldo tem feito uma gestão diferenciada naquele balneário, teve agora uma temporada de veraneio excepcional e muito disso se deve aos trabalhos e à organização da prefeitura de Balneário Gaivota.

Cumprimento e agradeço por estarem nos prestigiando no plenário, neste momento.

Eu quero, na manhã de hoje fazer um convite a todos que nos assistem pela TVAL e daqui da Assembleia, aos senhores deputados para participar no dia de amanhã do 3º Seminário Estadual da Síndrome de Down. É um trabalho que está sendo organizado pelo nosso gabinete em parceria com a Escola do Legislativo, com a comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência e com o apoio da Presidência desta Casa.

Esse seminário já está na sua terceira edição e sempre trazendo à luz novos conhecimentos sobre a síndrome de Down. No Brasil, deputado Kennedy Nunes, todos os anos nascem oito mil bebês com síndrome de Down, que não é uma doença, mas apenas uma alteração num cromossomo que não é impeditivo, de forma nenhuma, que as pessoas, as famílias, possam viver com qualidade.

Nós adotamos esta bandeira em nosso mandato para promover através das pessoas com *Down* debate, inclusão social, mas, acima de tudo, trazer novos conhecimentos da pesquisa, da educação para subsidiar as instituições catarinenses que trabalham com síndrome de *Down* e agregar mais conhecimento porque entendemos que à medida que se tem mais conhecimento, reduzimos o preconceito e aumentamos a inclusão.

Já temos neste momento no *site* da Assembleia mais de trezentas pessoas inscritas no seminário, e queremos fazer um chamamento desta tribuna aos psicólogos, profissionais, professores, instituições que trabalham a inclusão, que trabalham a questão da síndrome de *Down*, familiares, pessoas com *Down* para que possam estar amanhã de manhã no auditório Antonieta de Barros recebendo todas essas instituições para mais um dia de debate, de conhecimento de informação. Também haverá apresentação de vários *cases* de sucesso de pessoas portadoras da síndrome de *Down*, em Santa Catarina.

Teremos apresentações artísticas de pessoas com *Down*, lançamento de um livro cujo autor é pai de uma criança com *Down*, de Balneário Comboriú, relatando a experiência dele e de outros profissionais no tratamento, no preparo, no auxílio das pessoas com *Down*. Também teremos a presença de uma apresentadora da TV Brasil que tem síndrome de *Down*, apresentações artísticas e também profissionais do ministério da Saúde, médicos geneticistas, psicólogos, todos trazendo novos conhecimentos sobre essa síndrome.

A Assembleia Legislativa tem contribuído com isso no sentido de trazer mais conhecimento, de proporcionar um fórum de debate sobre essa questão. E quero aqui em nome de meu gabinete, de todas as pessoas envolvidas, da Escola do Legislativo fazer este convite no dia de hoje. A inscrição é gratuita para que possam estar juntas, pois quanto mais pessoas tiverem conhecimento, será melhor auxiliar as pessoas com *Down* para que busquem a sua autonomia, pois o que se quer? Que a pessoa seja autônoma, possa trabalhar, estudar,

namorar, conquistar o seu espaço de trabalho, viver sozinha, viajar, etc. Mas para isso, temos que percorrer o caminho, deputado Kennedy Nunes, do conhecimento.

Logo ao nascer, se a criança for orientada com uma boa assistência à saúde, educacional, do sistema público, e se as nossas empresas receberem essas pessoas de braços abertos, elas poderão ter uma vida independente. Ninguém é igual! Todos nós somos diferentes, a maneira de olhar é vai fazer a diferença.

Temos que preparar a sociedade catarinense, que é um povo honesto, trabalhador, digno, diferenciado para saber olhar às pessoas com síndrome de *Down* com um novo olhar e aproveitar o potencial que eles têm na sociedade.

Existem empresas, em Santa Catarina e aqui na Grande Florianópolis, que têm dado oportunidade a essas pessoas, e não têm se arrependido. Há um setor de uma companhia que trabalha com eletroeletrônicos que tem cinco pessoas com síndrome de *Down* e não querem trocá-los porque a aptidão que possuem é diferenciada com relação à de outros cidadãos ditos normais. Isso nos orgulha.

Amanhã vamos, através de um vídeo, mostrar essas experiências nas empresas. O grande passo na área da inclusão social agora é abrir o mercado de trabalho para essas pessoas. Por isso esse seminário é muito importante e estratégico. Quero convidar todos que nos assistem para, amanhã, a partir das 8h30, no auditório Antonieta de Barros, participar do 3º Seminário Estadual sobre Síndrome de *Down*.

Quero aproveitar também este espaço para em nome da bancada progressista parabenizar ao município de Turvo, na pessoa do prefeito Ronaldo, que hoje está completando 65 anos de emancipação política. É uma cidade diferenciada, das suas várgeas brota o arroz nosso de cada dia. Turvo é a capital da mecanização agrícola, um grande produtor de arroz, que aquece a economia catarinense.

Com seus 12.300 habitantes, é uma cidade pequena, mas empreendedora que faz do agronegócio a sua principal atividade, que muito orgulha a nós todos. Município de uma gente trabalhadora, com uma terra fértil de onde brota o arroz, que alimenta a catarinenses e brasileiros.

Falando em arroz, quero mais uma vez desta tribuna fazer um apelo ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina para que reveja, o mais breve possível, o termo de cooperação técnica firmado entre o Tribunal de Justiça e o Ministério Público de Santa Catarina com relação à reserva legal.

Aprovamos aqui o Código Ambiental Catarinense, e os agricultores, as pessoas que precisam procurar um cartório para transmitir a posse de uma terra estão sendo obrigadas a fazer o registro da reserva legal que já foi abolido pelo Código Ambiental Nacional e também estadual. Estamos aguardando o Tribunal de Justiça revogar um termo de cooperação técnica para que a partir daí os cartórios tenham a liberdade, nas mais de duas mil escrituras no estado que estão no aguardo dessa posição, de fazer a transmissão de posse de área de terra sem a exigência da averbação da reserva legal.

O governo do estado já está preparando seus técnicos para a questão do cadastro único. É preciso também que o ministério do Meio Ambiente regulamente em nível nacional isso para que possamos aí, sim, ter plena execução do Código Ambiental Nacional e Catarinense.

Faço então um apelo para que tanto o ministério do Meio Ambiente como o Tribunal de Justiça pense nos agricultores que precisarão fazer financiamento para plantar a safra de 2014 e estarão impedidos apenas por uma questão burocrática.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - A minha pretensão seria fazer uma fala diferente, mas

temos que atualizar os acontecimentos. Então, faço um apelo a dois órgãos de governo, o federal e o estadual, tendo em vista o recebimento de documentos, recortes de jornais e correspondência.

(Passa a ler.)

“Câmara de Vereadores de Calmon

Ofício escrito pelo vereador e presidente, Giovani Gregório e pelo vereador Alcebiades dos Anjos e outros srs. vereadores.

Pelo presente, estamos solicitando atenção especial do sr. deputado Reno Caramori para a instalação da agência do Banco do Brasil - BESC -, neste município. Uma vez que toda a estrutura já está instalada desde 2012, porém não colocam em funcionamento o atendimento à comunidade.

Atualmente Calmon conta com atendimento bancário somente duas horas por semana, com atendimento às quintas-feiras, das 10h às 12h; nos demais horários a população não tem sequer caixa eletrônico disponível, tendo que se deslocar para municípios vizinhos para efetuar serviços bancários.

Salientamos, ainda, que o posto atual de atendimento está com um aparelho muito antigo e em péssimas condições de uso, causando queda de sistema constantemente, deixando a população sem atendimento.”

Eu quero fazer um apelo ao Banco do Brasil, e estou encaminhando um requerimento, já na próxima semana, à superintendência Regional de Santa Catarina, para que revejam o caso. Nós temos aqui uma foto das instalações que estão lá há mais de dois anos. Segundo eles, quatro anos iniciaram essa possibilidade de instalar, apenas não estão instalando.

Então, fazemos um apelo para que a sociedade de Calmon seja atendida. Lá temos empresários, comerciantes, é um município com quase quatro mil habitantes e não é possível que tenha atendimento bancário somente uma vez por semana e por duas horas. Portanto, nós fazemos esse apelo.

Queremos também registrar o convite que recebemos, dos mesmos vereadores, para participar

de uma audiência pública para o fornecimento de energia elétrica para o município de Calmon.

Há praticamente dois anos viemos insistindo junto à Celesc, lembrando dos problemas que estão acontecendo no município de Calmon e Matos Costa. Portanto, a comunidade não aguentou mais e resolveu convocar uma audiência pública assinada por todos os srs. vereadores. Por iniciativa do vereador Giovani, serão convocados, deputado Neodi Saretta, os responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica da região. Tenho certeza de que o presidente Cleverson talvez não tenha conhecimento da real situação que estão passando os calmonenses e os moradores de Matos Costa, mas conhecemos o problema de cadeia e fazemos um apelo. Farei uma visita ao presidente Cleverson, na próxima semana, mostrando a situação daquela gente. Existem empresários que já estão fechando as suas fábricas, paralisando as suas atividades. Nós temos lá um grande fornecimento de ovos galados para a produção de pintos e que estão sofrendo as consequências, perdendo grande parte da produção, inclusive as matrizes estão morrendo pelo excesso de calor, porque não tem ventilação. Um transtorno violento que está sendo criado naquele município. Mas tenho certeza, meus amigos, de que na próxima semana trataremos sobre esses assuntos, junto ao Banco do Brasil e junto à diretoria da Celesc. O município de Calmon faz parte da minha vida, tanto lutamos por ele. A situação em que se encontram aquela comunidade, o comércio, perdendo mercadorias, produtos pelo descongelamento, enfim, toda a sociedade perde com isso. Por isso, faço esse apelo à direção da Celesc e ao Banco do Brasil.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado, gostaria de parabenizá-lo por abordar estes assuntos e dizer que me solidarizo nos dois casos.

E no caso específico das quedas de energia elétrica, da Celesc, trouxe há alguns dias o caso

da mortandade de frangos, que foi enorme num aviário, inclusive a avicultura já tem uma crise de preço tendo em vista essas constantes quedas de energia elétrica, como acontece no meio-oeste com frequência.

Assim, espero que através dessa ação de v.exa. e da ação que a Celesc vai desenvolver, possamos realmente resolver esse problema, porque a queda de energia elétrica causa um transtorno muito grande para todos como v.exa. mencionou e, principalmente, para os criadores de frango.

Então, quero me solidarizar e dizer que estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Agora, temos outro fator: a incompreensão dos nossos reflorestadores. A rede passa no meio, quase que na sua totalidade de reflorestamento, e por isso, faço o apelo aos empresários de reflorestamento que respeitem as faixas de domínio da rede. Com esses temporais que tem acontecido o pinus é uma madeira com facilidade de lascar e a sua copada muitas vezes, frequentemente bate na rede e caem os alimentadores, e tem que passar a rede no meio dos pinus para descobrir onde está o problema.

Então, peço a compreensão dos nossos empresários que reflorestam para que respeitem para que não ocorra mais isso. Nós sabemos do problema de Santa Cecília, já ocorreram várias vezes, temos lá o frigorífico do vale sofrendo consequências muito grandes, conversamos com o presidente da Celesc que disse que o problema será solucionado, mas também dependemos do bom senso dos nossos madeireiros, empresários que mantêm o reflorestamento. Pode-se plantar em baixo milho, feijão, colocar boi, não tem problema algum, os problemas são as árvores que quando tombam atingem a rede.

Por isso, temos essa preocupação e óbvio que a Celesc tem a responsabilidade na fiscalização, pois se tudo mundo fizer sua parte, temos certeza

de que melhorará muito a situação do nosso catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para amanhã, às 19h30, na cidade de Itajaí, em comemoração aos 50 anos da Univali - Universidade do Vale do Itajaí.

Está encerrada a sessão.